



***Jornal de Umbanda: construção de discursos em defesa das “boas” práticas religiosas.***

**Resumo:** Os jornais e revistas oferecem uma via de acesso específica à história política de intelectuais. Situado no cruzamento das histórias política, social e cultural, este campo relativamente autônomo da disciplina histórica tem muito a dizer da história. Os periódicos são fontes bastante interessantes para a construção do saber Histórico. Assim como são elementos importantes na construção de discursos que serão absorvidos por parcelas da sociedade. Diante disso, o presente artigo procura analisar a integração e legitimação da Umbanda no Rio de Janeiro – Brasil, na década de 1950, a partir de fontes jornalísticas, utilizando respectivamente os periódicos *Jornal de Umbanda* e *A Noite*, que apresentam uma construção de discurso de superioridade religiosa umbandista em detrimento das práticas candomblecistas, consideradas naquele período como africanistas.

*Palavras-chave: Umbanda, Jornal de Umbanda, A Noite, racialização.*

**Abstract:** Newspapers and magazines offer a specific access to the political history of intellectuals. Situated at the crossroads between political, social and cultural histories, this relatively autonomous field of historical discipline has much to tell from history. The periodicals are very interesting sources for the construction of historical knowledge. Just as they are important elements in the construction of discourses that will be absorbed by portions of society. Therefore, the present article analyzes the integration and legitimation of Umbanda in Rio de Janeiro - Brazil, in the 1950s, from journalistic sources, using respectively the periodicals *Jornal de Umbanda* and *A Noite*, which present a construction of discourse of Umbandist religious superiority to the detriment of the candomblecist practices, considered in that period like Africanists.

Keywords: Umbanda, *Jornal de Umbanda*, *A noite*, racialization.

## **1- Introdução**



Noticiou o Jornal de Umbanda, em março de 1952, na edição de número 016, na seção “O que os outros falam de nós”, escrito por Lourenço Velho, um longo esclarecimento para os leitores do periódico mensal sobre o que é a umbanda. Contudo o que nos chamou a atenção foi o que o autor disse sobre o que *não* seria a Umbanda: “(...) ficar esclarecido que Umbanda não é Candomblé, que Umbanda não admite o trabalho para o mal, o que significa que Umbanda não é magia negra” (JORNAL DE UMBANDA, 1952. Ed. 016, p. 02).

Diante disso o artigo *Jornal de Umbanda*: construção de discursos em defesa das “boas” práticas religiosas trata da Umbanda no Rio de Janeiro – Brasil, na década de 1950, a partir de fontes jornalísticas que apresentam uma construção de discurso a respeito dessa religião tida como “autêntica brasileira”. Ritos, princípios filosóficos e normas de conduta dos umbandistas são expostos nas páginas desses periódicos.

Os jornais e revistas oferecem, assim, uma via de acesso específica à história política de intelectuais. Situado “no cruzamento das histórias política, social e cultural” (LUCA, 2014. P. 114), este campo relativamente autônomo da disciplina histórica tem muito a dizer da história. Os periódicos são fontes bastante interessantes para a construção do saber Histórico.

Analisar textos jornalísticos de meados do séc. XX demandou uma leitura que procurou decodificar dois níveis discursivos, via de regra presentes: um objetivo, outro subjetivo; o primeiro, fazendo o registro possível, permitido ou imposto, e o segundo desvelando eventuais construções e ou desconstruções de discursos (SOSA, 2006) em relação, principalmente, a legitimação da Umbanda como religião exclusivamente brasileira e que rejeita algumas práticas e ritos candomblecistas, muitas das vezes considerados magia negra.

É interessante observar o que esses periódicos dizem e como dizem, os termos e os campos semânticos utilizados, observando que “nem sempre a independência e exatidão dominam do conteúdo editorial, (...) mistura do imparcial e do tendencioso, do certo e do falso”( RODRIGUES, APUD. LUCA. 2014. P. 115 e 116).

No âmbito deste trabalho, a imprensa em questão é a que se manifesta no jornalismo impresso, e é entendida

não como um nível isolado da realidade social na qual se insere, mas que ela representa, fundamentalmente, um instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social, pensando ainda, como indicou Gramsci, que, muitas vezes as funções desempenhadas por um jornal, atuando como uma força dirigente ou orientadora, pode se equiparar, ou mesmo ultrapassar as funções desempenhadas pelos partidos políticos.(CAPELATO, 1981. P. 118)



Segundo Maria Helena Capelato a escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social, negando as perspectivas que a tomam como mero veículo de informações, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político social em que se insere.

O noticiário recolhido nas páginas dos periódicos *A Noite* e *Jornal de Umbanda*, compreendendo o período entre 1950 e 1957, ocorreu devido ao aumento de notícias, notas, anúncios e artigos sobre a Umbanda nos jornais no Rio de Janeiro no período e a semelhança editorial em relação as abordagens sobre a Umbanda em meados do século XX em ambos jornais. Sendo o primeiro periódico citado um jornal carioca diário e vespertino, que noticiava assuntos sobre política, economia, cultura, cotidiano carioca e etc. e o segundo um periódico destinado ao público umbandista, uma publicação da UEUB (União Espiritista de Umbanda do Brasil) e que foi considerado um dos mais importantes veículos de informação e divulgação do movimento umbandista.

**TABELA I – Notícias, notas, anúncios e artigos sobre Umbanda nos Jornais no período de 1950 a 1957.**

<b>Jornal</b>	<b>QUANT.</b>
<b>Diário Carioca</b>	46
<b>Imprensa Popular</b>	14
<b>Jornal A Noite</b>	65
<b>Jornal do Brasil</b>	58
<b>Última Hora</b>	81

Fonte: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital. <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acessado entre os dias 20/12/2015 a 10/01/2016

Esse trabalho procura seguir a nova linha historiográfica de estudos do pós-abolição, que buscam um estudo mais sistematizado sobre as experiências cotidianas, individuais e ou grupais, logo após o fim da escravidão ou nas décadas que se seguiram, assim como, visa, através das fontes jornalísticas pesquisadas na década de 1950, perceber as elaborações sociais e culturais no Rio de Janeiro no universo umbandista, pensando as construções discursivas em busca de legitimação e reconhecimento da Umbanda.

Ivone Maggie, em sua obra *Medo de Feitiço*, que analisa o universo das religiões de matrizes africana através de processos criminais no início do século XX, cita que “na análise dos processos criminais, não se fala de juízes nem de acusados, mas dos discursos por eles



produzidos” (MAGGIE, 1992. P. 199). O mesmo acontece nesse artigo em que a análise de um tipo de mecanismo de produção e construção de discurso é que será levado em conta. Entendemos que os sujeitos históricos produtores desses discursos são, também, importantes para a análise. Contudo esse não será o foco do mesmo.

Como analisaremos periódicos impressos um breve histórico dos mesmos se faz necessário. O *Jornal de Umbanda*, um periódico mensal, foi criado em 1949 pela Federação Espírita de Umbanda, fundada em 1939 sob a orientação direta do Caboclo das Sete Encruzilhadas<sup>1</sup> e seu objetivo era a união das diversas casas de Umbanda no Brasil (CUMINO, 2010. P. 122).

A federação foi responsável pela organização do Primeiro Congresso de Umbanda, em 1941, que veio ratificar o objetivo principal dessa instituição que seria unificar as práticas rituais a partir de uma doutrina mínima, assim como discutir meios de descriminalizar a Umbanda que foi perseguida pelo Estado, principalmente a partir de 1931 após uma reforma na polícia, em que foi criada a Inspeção de Entorpecentes tóxicos e mistificações, a qual se destinaria à repressão de uso de entorpecentes e da prática de magias e sortilégios (NEGRÃO, 1996. P.70). Já que tais práticas eram consideradas crimes de acordo com o Código Penal Republicano, promulgado pelo General Manoel Deodoro da Fonseca em 1890, nos artigos 156, 157 e 158.

Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica:

Penas – de prisão cellullar por um a seis mezes e multa de 100\$ a 500\$000. § 1º Si por influencia, ou em consequência de qualquer destes meios, resultar ao paciente privação, ou alteração temporária ou permanente, das faculdades psychicas:

Penas – de prisão cellullar por um a seis annos e multa de 200\$ a 500\$000.

§ 2º Em igual pena, e mais na de privação do exercício da profissão por tempo igual ao da condenação, incorrerá o medico que directamente praticar qualquer dos actos acima referidos, ou assumir a responsabilidade delles. (BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Vol. 10. p. 2664.)

A Federação teve papel preponderante na organização, edição e elaboração do livro *O Culto de Umbanda em Face da Lei*, entregue ao então presidente Getúlio Vargas, em 1944, no qual apresentava os anseios e direitos da comunidade religiosa perante a Constituição e a sociedade brasileira (CUMINO, 2010. P. 155). Todo esse movimento incentivou a criação do

---

<sup>1</sup> Caboclo das Sete Encruzilhadas é o nome do caboclo “anunciador” da religião Umbanda “nascida” em 15 de novembro de 1908. Caboclo é uma das entidades de Umbanda e assemelha-se ao índio brasileiro. O tema será melhor abordado ao longo do artigo.



*Jornal de Umbanda* que circulou de 1949 a 1969 e trazia vários artigos sobre a história da umbanda e seus princípios filosóficos, codificação das práticas rituais e normas de conduta e postura de adeptos e frequentadores.

O *A Noite* era um jornal carioca diário e vespertino, fundado em 18 de junho de 1911 e extinto em 27 de dezembro de 1957, criado por Irineu Marinho e mais treze companheiros jornalistas, após este se desentender com a direção do jornal *Gazeta de Notícias* (CPDOC/FGV, Verbete). O novo periódico estabeleceu desde o início uma linha política oposicionista, tornando-se bastante crítico ao governo do marechal Hermes da Fonseca (1910-1914). O editorial do jornal apoiou os movimentos tenentistas do início da década de 1920 e também se aproximou das propostas levantadas pelos grupos urbanos e pelas oligarquias dissidentes que em alguns momentos questionavam as regras do jogo político (CPDOC/FGV, Verbete.).

Em 1925 o jornal mudou de proprietário, passando às mãos de Geraldo Rocha que promoveu mudanças significativas no jornal. Nesse momento o periódico passou a apoiar irrestritamente as oligarquias dominantes. Nas eleições de 1930, o jornal não se posicionou, visto que seu presidente estava fora do país. Contudo o ano de 1930 foi um pouco conturbado para o vespertino *A Noite*, já que Geraldo Rocha retorna ao Brasil e muda a linha editorial do jornal para um “radicalismo inusitado”, devido ao seu apoio à campanha e a vitória de Júlio Prestes (CPDOC/FGV, Verbete). Tal posicionamento trouxe diversos problemas ao jornal ao longo de 1931.

No entanto a década de 1930 foi um período de ascensão do *A Noite*. Houve melhorias tecnológicas na produção do jornal, assim como foram criadas as revistas *Noite Ilustrada*, *Carioca e Vamos ler*. Em 1936 *A Noite* inaugurou uma emissora de radiodifusão a *Rádio Nacional* destinada a complementar as tarefas informativas do jornal. Nos anos de 1940 foi encampado pelo governo federal ficando sob a administração do coronel Luís Carlos da Costa Neto superintendente do órgão de Empresas Incorporadas do Patrimônio Nacional. O jornal passou a ser dirigido pelo jornalista André Carrazzoni. “O novo estágio foi marcado por inúmeras dificuldades administrativas, centradas em dois problemas básicos: o empreguismo e o desperdício de recursos.” (CPDOC/FGV, Verbete)

Em 1946 o jornal passou às mãos de uma sociedade anônima composta por seus antigos empregados. Essa medida foi muito bem recebida, não só pela equipe de *A Noite* como pela imprensa em geral, mas sua execução enfrentou várias dificuldades.



A direção do jornal foi a princípio entregue a uma comissão administrativa nomeada por Leoni Machado. A vitória de Getúlio Vargas nas eleições presidenciais de 1950 provocou, entretanto novas mudanças administrativas, que resultaram no afastamento de Leoni Machado e na dissolução da comissão administrativa de A Noite. Nomeado superintendente das Empresas Incorporadas, André Carrazzoni não conseguiu deter a avalanche de problemas que caiu sobre o jornal durante todo o segundo governo Vargas (1951-1954). Após o suicídio de Getúlio, em agosto de 1954, as novas e sucessivas substituições nos quadros administrativos representaram o golpe final nas Empresas Incorporadas e, em particular, em A Noite. Segundo Carvalho Neto, a inviabilidade do jornal deveu-se também ao fato de ser ele um órgão do governo: “O povo não admite, com toda razão, que o governo seja dono de jornal para ele ler. E deixou de ler A Noite... Jornal do governo é o Diário Oficial. (CPDOC/FGV, Verbetes.)

E em dezembro de 1957 o jornal encerrou suas publicações, quase dois anos após a posse de Juscelino Kubitschek.

## **2- Umbanda: Breve histórico**

Arthur Ramos analisa e afirma que a umbanda surge “nas macumbas cariocas, a liturgia de procedência bantu aproxima-se desta descrição” (RAMOS, 2001.P. 143). Isso reforçaria a ideia de que na macumba teríamos a verdadeira origem da Umbanda que seria um culto organizado e agregado de elementos do Candomblé rito Angola, tradições indígenas, Catolicismo popular, Espiritismo, práticas mágicas, contudo, sem o suporte de uma mitologia, dogma ou doutrina capaz de integrar suas várias porções (RAMOS, 2001.P. 143).

Todavia há também, segundo autores, umbandistas ou não, que se dispuseram a analisar suas origens, um “mito fundador”, a Umbanda teria nascido ou sido anunciada<sup>2</sup> no início do séc. XX, em um centro espírita kardecista de Niterói, estado do Rio de Janeiro, tendo sido revelada por uma entidade, o Caboclo das Sete Encruzilhadas, incorporado em um médium chamado Zélio Fernandino de Moraes. Em alguns relatos, é fornecida a data exata em que tal fato teria ocorrido: 15 de novembro de 1908 (ROHDE, 2009. P. 80 e 81).

Zélio de Moraes era um jovem estudante, branco, pertencente à classe média carioca, quando começou a sofrer possessões. Ora ele assumia a estranha postura de um velho, com um discurso não usual, como se fosse outra pessoa e que havia vivido em outra época; e em outras ocasiões, sua forma física lembrava um índio bruto, corajoso veloz e sagaz, que parecia conhecer todos os segredos da natureza, os animais e as plantas (CUMINO, 2010. P.122).

---

<sup>2</sup> Tomo de empréstimo o significado de “anunciação” a semelhança do que ocorreu com a passagem bíblica quando o Anjo Gabriel apareceu a Virgem Maria para anunciar a vinda do messias: Jesus. Visto que a Umbanda desde seu início em 1908 procura essa aproximação com as religiões de matrizes européias e branca como o catolicismo e o espiritismo.



As possessões que acontecem com Zélio remetem a arquétipos de manifestações de espíritos na macumba<sup>3</sup>: os pretos-velhos e os caboclos. Nelas, o primeiro fala “coisas aparentemente desconexas”. “Assim é o falar caricatural dos preto-velhos nos terreiros de umbanda. Falam com erros crassos da língua portuguesa e misturam, nessas falas, o português e reminiscências de dialetos africanos, simbolizando uma forma de falar dos escravos brasileiros” (BARROS, 2012. P.301). Nos textos analisados, o Caboclo das Sete Encruzilhadas é apresentado pelos autores carregados de mensagens nacionalistas, característicos do período inicial da República. Trata-se de um “caboclo brasileiro”. A sua forma física de “sagaz, ágil”, conhecedor dos segredos da natureza dos animais e das plantas, o aproxima do modelo indígena, desenvolvido por autores como José de Alencar, em seus romances indianistas (JUNIOR, 2004. P.64).

Existe a tentativa de afirmação de uma identidade nacional, projeto inculcado na sociedade da época devido às mudanças políticas e sociais ocorridas naquele período (ORTIZ, 1999. P. 48). Os teóricos umbandistas se esforçam em apresentar a Umbanda como única religião nacional, verdadeiramente brasileira.

A busca pelo saber dos intelectuais umbandistas teria sido o resultado de diálogos que envolviam o ocultismo europeu, o espiritismo kardecista e ciências através de seus teóricos.

A exemplo podemos citar a análise de W. W. Matta e Silva (1996), teórico umbandista com uma expressiva participação no meio literato umbandista, que busca esclarecer que a palavra Umbanda não existia antes do século XX usando como base os intelectuais representantes do saber acadêmico no final do Império e início da República, citados na introdução do livro “Umbanda de Todos Nós”

Assim, vamos apoiar-nos em vários autores, estudiosos dos costumes e dos Cultos que os africanos trouxeram para o Brasil, por onde demonstraremos que, de fato, esta palavra Umbanda, mormente traduzindo em si, uma Lei, era desconhecida até certo tempo. [...] R. NINA RODRIGUES, que serve de "ponto de apoio" a quase

<sup>3</sup> Possivelmente o termo macumba teria se originado a partir de uma inversão de significados da palavra macumba - instrumento musical de pau riscado (algo parecido com reco-reco) - para macumba – práticas mágico-religiosas. Portanto o vocábulo macumba seria o resultado da degeneração de práticas africanas, nome de um instrumento musical, ou ainda mero termo de acusação? A resposta seria: macumba designava tudo isso ao mesmo tempo. Essa questão nos remete à apropriação (CHARTIER, 1990) na elaboração de uma história social dos usos e das interpretações. A palavra macumba fora apropriada pela sociedade servindo de estratégia e prática tendente a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas. Acredito que devemos nos atentar às condições e aos processos que muito concretamente são portadores das operações de produção de sentido. SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Axé Carioca. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 1, n° 6, dezembro/2005. P. 34-68.



todos os escritores do gênero, em "L'ANIMISME FETICHISTE DES NEGRES DE BAHIA" - ano de 1900, obra com 72 páginas, não cita uma só vez a palavra Umbanda...[...] Do mesmo autor, em "OS AFRICANOS NO BRASIL", 3ª edição de 1945, também, NÃO CITA UMA SÓ VEZ A PALAVRA UMBANDA e mesmo a dita Embanda, somente o faz por intermédio de uma pastoral (...) de D. JOÃO NERY, que diz significar "chefe de mesa", espécie de chefe de confraria a que ele diz chamar-se CÁBULA (p. 31).

“JOÃO DO RIO (Paulo Barreto), em sua obra, "AS RELIGIÕES NO RIO" - 1904, das páginas 1 à 64, que trata dos Candomblés, feitiços, etc., não faz nenhuma referência aos termos umbanda ou embanda. [...] MANOEL QUERINO em "A RAÇA AFRICANA E SEUS COSTUMES NA BAHIA" - 1917 (já publicado no Vol. 1º dos Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia, realizado na Bahia em 1916, NÃO cita uma única vez os termos Umbanda e embanda... (p. 32).

No entretanto, pelas alturas de 1934, o ilustre Prof. Arthur Ramos, em seu livro "O NEGRO BRASILEIRO", averiguou já existir a palavra Umbanda, e na página 102 faz da seguinte forma: "Registrei os termos umbanda e embanda (do mesmo radical mbanda), nas macumbas cariocas; mas de significações mais ampliadas. Umbanda pode ser feiticeiro ou sacerdote. Todavia, o Prof. Arthur Ramos, quando fez esse "registro" sobre a palavra Umbanda, não o fez com a convicção de tê-la POSITIVAMENTE encontrado com o significado de feiticeiro ou sacerdote e etc., tanto que baseia-se no radical "mbanda", porque havia robustecido o seu conceito, louvado mais no que diz o Sr. HELI CHATELAIN em "FOLK TALES OF ANGOLA - 1894, página 268, sobre o mesmo radical MBANDA em relação com os termos Quimbanda (Ki-mbanda) e Umbanda (U-mbanda). Para isto, na mesma página 102, faz a transcrição do texto original (em inglês) no qual se arrimou (p. 35).

O Sr. EDISON CARNEIRO, em sua obra "RELIGIÕES NEGRAS" - 1936, corrente com o Sr. Arthur Ramos, na pág. 96, diz que: "Num Candomblé de Caboclo, consegui registrar as expressões umbanda e embanda, sacerdote, do radical mbanda", dando apenas num cântico a "fonte" desse registro: Mas, por estranho que pareça, o mesmo autor, em seu "CANDOMBLÉS DA BAHIA", quer na edição de 1948, quer nesta última 2ª edição, de 1954, revista e ampliada, com suas 239 páginas, não faz uma única referência ao termo UMBANDA nem tampouco a EMBANDA e, note-se, contém um "VOCABULÁRIO DE TERMOS USADOS NOS CANDOMBLÉS DA BAHIA com mais de 200 DESTES TERMOS E RESPECTIVOS SIGNIFICADOS. Nessa obra, o autor esmiúça crenças, costumes, práticas, etc. (p. 36).

GONÇALVES FERNANDES, em "XANGÔS DO NORDESTE", edição de 1937, com 158 páginas, (descrevendo os Candomblés ou os chamados Xangôs do Estado de Pernambuco, não faz referência aos termos umbanda e embanda, não obstante dar dezenas e dezenas de toadas ou "pontos cantados") (p. 37).

DONALD PIERSON, em seu livro "BRANCOS E NEGROS NA BAHIA", edição de 1945, no capítulo XI (p. 337 a 387), em que trata dos candomblés, estuda também os Orixás, divindades, crenças, práticas, apresentando até um mapa completo dos Principais Orixás do Culto Afro-Brasileiro gêge-nagô, na Bahia, em 1937" (...) Tudo isso muito bem particularizado. Pois bem, é inexistente, nesta obra, a palavra Umbanda ou embanda (p. 37).



ROGER BASTIDE, em "IMAGENS DO NORDESTE MÍSTICO", edição de 1945, em suas 247 páginas, não registra uma só vez as palavras Umbanda e embanda.. [...] E ainda, a título de observação, em "ESTUDOS AFRO- BRASILEIROS", trabalho apresentando ao 1º Congresso afro-brasileiro reunido no Recife em 1934, por GILBERTO FREYRE e outros, na página 248 consta um "apêndice" com 150 termos africanos e respectivos significados, muitos, de uso corrente nos candomblés. Aí, também não se encontra a menor referência às palavras umbanda e embanda (MATTA e SILVA, 1996.p.38).

A citação nos apresenta o grau de informações que Matta e Silva tem dos estudos acadêmicos e de seus principais autores. Matta e Silva teria sido herdeiro de uma base literária umbandista que se torna orgânica a partir do Primeiro Congresso Brasileiro do Espiritismo de Umbanda (FEU, 1942), realizado no ano de 1941. Outras obras anteriores também realizaram um diálogo com os saberes acima apontados (BRAGA, 1957; ZESPO, 1953, FEU; 1942).

Zélio de Moraes teria sido encaminhado, por sugestão de vizinhos, à Federação Espírita de Niterói, cujo nome real era Federação Espírita do Estado do Rio de Janeiro fundada em 1907, localizada no município de Niterói. No dia 15 de novembro de 1908<sup>4</sup>, teria "recebido" o Caboclo das Sete Encruzilhadas que proferiu que os espíritos dos negros escravizados e índios precisavam de um culto e um lugar específico para trabalhar, transmitir ensinamentos e ajudar ao próximo.

Os dirigentes da reunião espírita tentaram afastar o próprio Caboclo das Sete Encruzilhadas, quando então este avisou que, se não havia espaço ali para manifestação dos espíritos de negros e índios considerados atrasados<sup>5</sup>, seria fundado por ele mesmo na noite seguinte, na casa de Zélio, um novo culto onde tais entidades poderiam exercer seus trabalhos espirituais e passar suas mensagens. Zélio baixou novamente o caboclo referido e declarou que se iniciava a partir de então uma nova religião na qual pretos velhos e caboclos poderiam trabalhar. Determinou também que a prática da caridade seria a característica principal do culto; que este teria como base o Evangelho Cristão e como mestre maior Jesus; que o uniforme utilizado pelos médiuns deveria ser branco; que todos os atendimentos seriam gratuitos; e que a religião se chamaria umbanda. (ROHDE, 2009. P. 80 e 81).

### **3- Construção de um discurso: racialização.**

<sup>4</sup> Essa data, um tanto quanto emblemática, faz parte da história da umbanda encontrada em diversos textos não acadêmicos a que tive acesso. Foi inclusive declarada primeiramente para os seus adeptos como Dia Nacional da Umbanda, já que tal data marcaria uma progressiva laicização do Estado Brasileiro através da Proclamação da República, possibilitando a liberdade de culto. Em 2008 foi sancionado O dia da Umbanda e do Umbandista no Estado do Rio de Janeiro, lei nº 670/2008 e em 2012 foi instituído pela Presidenta Dilma Rousseff, sob a lei 12.644 de 16 de maio, o Dia Nacional da Umbanda.

<sup>5</sup> Sobre a questão da oposição dos dirigentes da mesa de aceitarem a presença de um espírito de um caboclo durante a sessão por considerá-lo como atrasado será discutido de forma mais ampla no terceiro capítulo.



É possível compreender que as práticas umbandistas foram vivenciados e praticados por muitos no Rio de Janeiro. Essas práticas de religiosidade foram difundidas e vividas como um importante movimento de modelamento social. No jornal *A Redenção* de 1887 o redator escreve:

As instituições se moldam de acordo com o meio social; tudo tem sua época, sua quadra, tudo tem sua fase de florescência e vigor, decadência e desaparecimento, dando lugar a novas reformas, cada vez mais aperfeiçoadas de harmonia com a marcha evolutiva da humanidade. As sociedades e as civilizações variam, melhoram, se modificam e se aperfeiçoam na razão direta do adiantamento intelectual da humanidade. (ROHDE, 2009. P. 80 e 81).

Ou seja, uma sociedade que é consequência de um projeto abolicionista que seguia algumas linhas mestras de progresso, modernização, civilização, ordem e incentivo a uma cultura branca e elitizada (AZEVEDO, 1987. P.224).

Flávio Heinz (2006) entende que não há um consenso sobre o que se entende por elite. Contudo procura mesmo assim explicar relatando que esse conceito “faz referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o topo de “estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos” (HEINZ, 2006. P. 7). E continua explicando que estes seriam os dirigentes, as pessoas influentes, os abastados ou os privilegiados.

A noção de elite nos encaminha a uma “percepção social que os diferentes atores têm acerca das condições desiguais dadas aos indivíduos no desempenho de seus papéis sociais e políticos.” (HEINZ, 2006. P. 7). E essa noção de elite nos permite, através de uma microanálise, perceber os grupos sociais, a diversidade, as relações e as trajetórias. Percebendo a complexidade das relações destes atores sociais, assim como alianças objetivas com alguns setores da sociedade e estratégias empregadas para alicerçar sua posição social.

As elites desempenham, também, papel preponderante nos processos de criação e difusão dos elementos que compõem a cultura política de uma sociedade. Nos termos de Dahl (1997), os valores e concepções políticas transmitidas por aquelas pessoas que ocupam posição de destaque na sociedade são mais facilmente assimilados pelos cidadãos médios, o que torna as elites importantes personagens não apenas na elaboração, mas também na difusão dos elementos que compõem a cultura política de uma nação ou grupo.

Resumindo, as elites são importantes no processo político e de construções de discursos e desconsiderar tal fato seria, no mínimo, ingênuo. Em decorrência, os preceitos desta elite são mais importantes do que o da população em geral, uma vez que, querendo ou



não, são os seus membros que estão no comando dos processos resolutivos e suas decisões afetam um grande número de pessoas.

A ideia de modernidade presente na primeira metade do séc. XX promoveu uma comparação entre o presente e o passado, tornando mais forte a sensação de que tudo está em acelerada transformação e que o que antes definia e imprimia sentido à vida dos cidadãos na sociedade em que estavam inseridos, deixou de ter sentido ou foi transformando-se em algo duvidoso, de interpretação ou relativização crescentes.

A tradição poderia não ser mais um sustentáculo, uma base inabalável para os seres humanos, no período estudado e de acordo com as fontes poderprocurava-se no futuro e não no passado as respostas e o sentido das suas vidas. Renato Ortiz afirma que:

(...) a formação da umbanda segue as linhas traçadas pelas mudanças sociais. Ao movimento de desagregação social corresponde um desenvolvimento larvar da religião, enquanto que ao da nova ordem social corresponde a organização da nova religião (...). O nascimento da umbanda deve ser apreendido nesse movimento de transformação global da cidade. (ORTIZ, 1999. P. 32)

Essas concepções positivistas são traduzidas para essa *nova* religião que transforma os simbolismos afro-brasileiro em conformidade com os padrões da sociedade carioca<sup>6</sup>. Constataremos assim que o nascimento da religião umbandista coincide justamente com a consolidação de uma sociedade urbano-industrial e de classes “É claro que, como o sistema atua no comportamento, tem uma influência na própria hierarquização e estratificação social mais ampla” (MAGGIE. 1992. P. 200). Há um movimento de transformação social. Uma chamada de primeira página do jornal A Noite, em 1953, corrobora com essa afirmação:

Mistérios da outra vida – I  
Codificado o ritual de Umbanda  
“Não houve reforma, nem qualquer alteração substancial, mas apenas uma atualização adequada à evolução do século...” (A NOITE. 06 de abril de 1953. Ed. 14.638. P. 1 e 7)

Ao atualizar o ritual de umbanda seguindo à evolução, como apresentado na notícia acima, apresentou a ideia de que naquele momento essa religião estaria seguindo os passos da civilização e se afastando de práticas tidas como atrasadas.

Daí haver o aumento e a visibilidade da umbanda no Rio de Janeiro. Como cita Diana Brown em seu livro *Umbanda & Política*,

<sup>6</sup> É importante salientar que o presente artigo analisa os grupos de umbandistas que são filiados e seguem as orientações da UEUB (União Espiritista de Umbanda do Brasil), que inclusive criou o Jornal de Umbanda, e os grupos que seguem a linha de Umbanda promovida por Zélio de Moraes e que não corresponde a totalidade de adeptos, considerando a diversidade de casas de Umbanda existentes no Brasil.



(...) a importância da Umbanda reside no fato de que, num momento histórico particular, membros da classe média voltaram-se para religiões afro-brasileiras como uma forma de expressar seus próprios interesses de classe, suas ideias sociais e políticas, seus valores e ideais civilizadores. (BROWN, 1987. P. 10)

A umbanda é criada num contexto de valorização do “ser brasileiro”, auxiliou a integração no âmbito mítico de todas as classes sociais, especialmente as excluídas. Como exemplo, o *Jornal de Umbanda* trouxe um artigo em que o autor explicou a luz de sua época “[...] nossa religião é brasileira, praticada por brasileiros, humildes na sua maioria, mas todos trabalhadores e dignos” (JORNAL DE UMBANDA. 1952. Ed. 016. P. 5).

Esse silogismo deve ser entendido na conjuntura do epistemicídio negro e criminalização cultural. Analisando que no que toca às culturas negras – isto é, aos conjuntos de significados e práticas atrelados a povos negros em África ou na diáspora –, o descrédito aos seus modelos de conhecimentos organizou as sociedades multirraciais e racistas para estabelecer critérios culturais e raciais para a produção e incorporação de conhecimento. (SANTOS e PASQUARELLI, 2016. P. 2)

Observa-se que a representação social é pautada em um modelo central, que segue os interesses, os desejos e a primordialidade do grupo que a constrói, o que confere certa particularidade ao objeto em construção. Assim, quando percebemos esta espécie de “peculiaridade” na representação de certo objeto, significa que estamos diante da marca grupal/cultural impressa no processo de construção da representação (ARRUDA, 2002).

A expansão e dominação europeia propiciou demarcações físicas e simbólicas que foram responsáveis por elidir sujeitos e culturas diferentes. Para Santos (1996), o genocídio que tantas vezes caracterizou a expansão europeia foi também um epistemicídio:

Eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho porque eram sustentados por práticas sociais e povos estranhos. O epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio, porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar... (SANTOS, 1996. P.104)

As culturas dos povos dominados pelos europeus foram desacreditadas representando uma forma de repugnar a legitimidade de cosmovisões africanas e indígenas, taxadas como primitivas e instintivas. Foi construída uma ideia de que esses grupos não eram detentores de conhecimento. Para Santos (1996) o conhecimento tanto não está igualmente disseminado numa sociedade, quanto algumas de suas variantes e proposições são rejeitadas e, ao menos chegam a ser contempladas dados os sujeitos que protagonizam tais construções.

Assim, podemos perceber que ao mesmo tempo em que existe a contestação saber desses grupos, há ainda a exaltação de um saber cientificista e supostamente neutro, em



detrimento dos saberes do senso comum. Isto porque as diferenças raciais e sociais permeiam as chances de serem determinados conhecimentos ratificados. A não validação de conhecimentos vinculados a pobres, negros, mulheres, entre outros, tanto no nível dos discursos e das relações cotidianas quanto no seu apagamento nos currículos oficiais explicita aquilo que Santos (1996) denominou epistemicídio.

Os simbolismos africanos foram, desde muito tempo, desvalorizados, juntamente com suas práticas sociais, seus modos de vida e costumes. Contudo, a naturalização da desigualdade racial engendra no seio da sociedade a representação que se tem sobre o negro de pobreza material, intelectual e cultural. Essas são perspectivas acessíveis a todos por meio da socialização, educação e construção de discursos pautados numa orientação eurocêntrica. De geração a geração tais ideias são ensinadas sem a necessidade de verbalizar a inferioridade ou a desconfiança nas capacidades dos negros. É algo que se dá no nível do não dito: nas posturas, preferências, defesas, piadas etc. As expressões dessas desigualdades podem ser identificadas em todo o panorama social, incluindo nesse caso o campo religioso.

Essa religião apresentou uma nova visão, distinta da predominância dos valores dominantes da classe média (catolicismo e posteriormente espiritismo), com maior abertura as formas populares afro-brasileiras, procurando aproveitar o que se considerava mais “civilizado” desses elementos populares a favor de uma mediação no plano religioso, que representou a convivência das três raças brasileiras.

Diana Brown (1987) observa que os “fundadores” da umbanda frequentavam as macumbas cariocas, gostavam da alegria e dramaticidade desses cultos e achavam que as entidades de umbanda eram mais competentes que os espíritos considerados evoluídos do espiritismo, contudo abominavam as práticas classificadas por eles como mais “primitivas” dessas macumbas, como: o sacrifício animal, as bebedeiras e o ambiente visualmente pobre. (BROWN, 1987. P.110)

Essa pretensa depuração consciente da religião é demonstrada em diversas reportagens de ambos os jornais utilizados. No jornal A Noite, que trouxe três reportagens de duas páginas cada sobre a codificação dos ritos da umbanda, o presidente da União Espiritista de Umbanda, antiga Federação Espírita de Umbanda, Jaime Madruga esclarece que:

Há que compreender que a Umbanda nem sempre é bem compreendida fora ou mesmo dentro das organizações umbandistas. O problema é complexo, difícil, mas com o esforço e boa vontade de todos será possível ir escolmando os defeitos e excessos até que se possa eliminar completamente as influências do Candomblé, do omolocô, da magia negra. ( A NOITE. 1953. Ed. 14.368. P. 1 e 7)



É interessante observar a sentença usada por Jaime Madrugá: “escolmando os defeitos”. O verbo escolmar significa escolher a melhor palha para colmo na eira (cobrir o telhado) depois da malha, separar a palha do resto ou renovar o colmo do teto ou, ainda, selecionar, escolher<sup>7</sup>. Ou seja, uma indicação de que o objetivo da codificação era separar o bom do ruim, o certo do errado. E nesse jogo o certo seriam as práticas depuradas umbandista e o errado as práticas negras do Candomblé e do omolocô que eram constantemente atribuídas a magia negra.

Ao pensar nas constantes negações da umbanda e dos umbandistas à magia negra não podemos deixar de analisar os termos e o que eles sugerem. Magia negra é o oposto de magia branca, ou seja, magia branca seria uma magia positiva que traria benefícios e evolução espiritual. E a magia negra? Magia negativa? Que trás malefícios?

A magia branca estaria ligada aos brancos europeus ou seus descendentes? Ou ligada a religiões “nascidas” em solo europeu e trazidas para o Brasil? E magia negra? Estaria ligada aos negros africanos, a negros africanos escravizados e aos seus descendentes? Ou ligada as religiões e ritos africanos trazidos para o Brasil? Poderíamos levantar inúmeros questionamentos sobre essa dicotomia mágica, mas não o faremos aqui, nem agora. Contudo faz-se necessário analisar como em parte se constrói esse discurso.

Como exemplo podemos citar trechos de um artigo do Jornal de Umbanda, de março de 1953, intitulado “Como Entendemos a Umbanda” de J. A. de Oliveira, onde o autor procurava explicar ao leitor o que é a Umbanda e como ela funcionaria.

Magia Espiritual – A magia branca (forças positivas), de que se servem os Espíritos que trabalham na Umbanda, está assim interpretada por Waldemar Bento, em seu livro “A Magia no Brasil”, no capítulo referente à Magia de Umbanda – “O que chamamos de “Magia” é a resultante dos trabalhos executados por falanges de entidades do “astral”, que por sua vez pertencem a vários planos diferentes”. Essas falanges conjugam “continuamente” seus esforços no sentido de atenuar e anular as descargas negativas que a cada momento se precipitam sobre o planeta, projetadas ou atraídas pela maldade e materialidade dos seus habitantes.

(...) Entendemos que o fetichismo africanista não tenha relação com a Umbanda. E não vemos razões para supostas heranças, tão pouco que a Umbanda seja o resultado de evolução prematura através do africanismo. **O pulo teria sido realmente muito grande, mas como a natureza não dá saltos...** (JORNAL DE UMBANDA. 1953. Ed. 029. P. 2) (grifo meu)

As alterações econômicas, culturais e sociais que transformam a sociedade carioca, conjuntamente caracterizam uma mudança nos padrões de pensamento. Padrões de

---

<sup>7</sup> Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro Instituto Antônio Houaiss. Ed. Objetiva, 2001.



pensamentos esboçados no século XIX.

Está claro que há uma racialização em relação as religiões de matrizes africanas no Brasil. A questão cientificista da ideia de raças humanas sustentou a recriação de hierarquias sociais no período pós-abolição. Maria Clementina Pereira da Cunha na apresentação da obra de Wlamyra R. Albuquerque, *O Jogo da Dissimulação*, observa que o conceito de raças como o conhecemos na atualidade apareceu, principalmente, no cenário político e intelectual, virando corrente em meados do século XIX (CUNHA, 2009. P.13). Contudo a historiadora alerta que devemos tomar “as devidas precauções contra o uso do termo “raça”, contaminado por mais de um século de investimento ideológico, e cujo conteúdo dependeu sempre dos usos que se pretendeu fazer dele”(CUNHA, 2009. P. 13).

O conceito serviu para hierarquizar e vincular diferenças culturais e fenótipas, assim como estabelecer um parâmetro absoluto de avaliação dos grupos humanos e suas culturas. No entanto não era sensato, para os intelectuais brasileiros, desenvolver um discurso fundamentado na raça e na supremacia branca, assim como fizeram os sulistas dos Estados Unidos.

Oracy Nogueira observa que no Brasil existe um preconceito racial de marca juntamente com a ideia de desconsiderar o negro em relação aos brancos ou àqueles com traços de brancos, ou seja, não funcionava aqui um preconceito de raça como nos Estados Unidos, onde a ascendência identificaria o indivíduo e sim um preconceito em relação a “pigmentação da pele” (NOGUEIRA, 1998. Apud. GREGÓRIO, 2011.P 255). Contudo o preconceito de marca também estava atrelado ao que produziam social e culturalmente os negros, ou seja, “ação e representação caminham juntas no que concerne ao preconceito racial, integrando aspectos diversos da vida do indivíduo: econômico, político, ideológico e etc.”(NOGUEIRA, 1998. Apud. GREGÓRIO, 2011. P.255).

Tal processo estimulou o florescimento das análises acerca da cultura africana por intelectuais brancos no Brasil, como a discussão sobre magia, ambigualmente discriminatórias e seletivas que estiveram presentes nas primeiras décadas do regime republicano no Brasil. Outra corrente proveniente e discutida a partir da segunda metade do século XIX foi a do embranquecimento<sup>8</sup> da população.

---

<sup>8</sup> Embranquecimento passa a significar a capacidade de a sociedade brasileira absorver e integrar os mestiços e os negros. Essa capacidade varia na razão direta com que a pessoa repudia sua ancestralidade africana ou indígena. Embranquecimento e democracia racial são assim conceitos de um novo discurso racialista” (Guimarães, 1995, p. 57).



Essa corrente foi utilizada na tentativa de explicar e solucionar o intrincado e complexo sistema de relações entre as matrizes étnicas principais. Outras correntes utilizadas foram o determinismo biológico que em terras brasileiras estaria interligado ao determinismo ecológico proveniente das áreas abaixo da linha do Equador onde o clima seria tórrido e inóspito às raças superiores (RODRIGUES, 1977). Diante dessas realidades emergem políticas de clareamento e teorias eugênicas para solução do que alguns, intelectuais, políticos e componentes da elite brasileira, acreditavam ser o problema brasileiro. (RAMOS, 1940)

Para Thomas E. Skidmore a ideia de se branquear a nação tornou-se uma das estratégias das elites e do pensamento nacional, após abolição. Sua principal preocupação relacionava-se a uma espécie de reformulação racial da população, que permitiria finalmente o acesso ao progresso e ao desenvolvimento nacional. A tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade caucasiana, às vezes, pelo uso dos eufemismos como raças “mais adiantadas” ou “menos adiantadas” e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata.

Nesse postulado, se estabeleciam dois pressupostos fundamentais para o branquear da população brasileira. Pelo primeiro, a população negra diminuiria progressivamente em relação à branca, sendo a redução do contingente negro motivada pela vulnerabilidade social, doenças, suposta taxa de natalidade mais baixa, carência e miséria social. Pelo Segundo, a miscigenação produziria “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o gene branco seria dotado de caráter mais forte e em parte porque as pessoas procurariam parceiros mais claros do que elas. A tese do branqueamento baseia-se na presunção da superioridade branca (SKIDMORE, 1976).

Também seguindo essas correntes, racialização e embranquecimento, a umbanda retrabalha os elementos religiosos incorporados à cultura brasileira por um movimento negro que se dilui nessas correntes de pensamento. Cunha observa que seria equivocada negar a crescente importância e significado das ideias de raça para “aqueles que ao longo e nada fácil processo de ressignificação, construíram a partir dela uma identidade” (CUNHA, 2009. P.17).

“[...]as crenças e práticas afro-brasileiras se modificam tomando um novo significado dentro do conjunto da sociedade global brasileira. Nesta dialética entre social e cultural, observaremos que o social desempenha um papel determinante. (ORTIZ.1999. P. 15)



A racialização ocasiona o desaparecimento ou a transformação dos valores tradicionais africanos que se tornam inconvenientes a uma sociedade moderna. Por exemplo, o jornal *Projeção de Barra Mansa*, trouxe uma entrevista, ocorrida na década de 1980, com Ruy Andrade que era pai de santo da Tenda Espírita Pai Cambinda uma das casas de umbanda mais antigas e mais influentes da cidade de Barra Mansa interior do Rio de Janeiro, que demonstra que ainda no final do século XX a construção do discurso discriminatório racial prevaleceu.

Juarez: Quem foi ou quem é o Pai Cambinda?

Ruy Andrade: O Pai Cambinda é um espírito que, aqui na terra, chamamos de preto-velho, mas nós sabemos por ele mesmo, que em outras encarnações ele já foi **branco**, inclusive médico, no Rio Grande do Sul [...] (*Jornal Projeção de Barra Mansa*, 1984. P. 1) (grifo meu)

Conclui-se que a umbanda, religião tida como a única totalmente brasileira, nascida ou anunciada em um período de imensas transformações sociais, econômicas e políticas buscou a sua legitimação através de construções, desconstruções e reconstruções de discursos e que para isso utilizou diversas estratégias para alcançar seu objetivo.

A criação de um jornal impresso exclusivo para os adeptos, frequentadores e simpatizantes da Umbanda foi uma dessas formas de construir discursos que serviram para doutrinar os umbandistas, servir de interlocutor das decisões da Federação, da codificação das práticas religiosas e para as senhoras umbandistas orientações “para o lar”. Ou a colaboração de um jornal de circulação estadual, como o *A Noite*, que no período estudado, também, trazia artigos e reportagens com esclarecimentos sobre a umbanda, com informações de normas de conduta, liturgias e princípios filosóficos aos umbandistas e demais seguidores do vespertino.

Muitos dos artigos desses jornais seguiram modelos de racialização, exaltando a magia branca, os “bons” espíritos e as “boas” práticas religiosas e se colocando contrário as práticas tidas como africanistas, incluindo aí o candomblé. Na edição 030 do referido jornal há uma reportagem onde J. A. de Oliveira procura explicar quais as diferenças entre as religiões mediúnicas.

*Umbanda é caridade em ação* – Uma corrente espiritualista de luz e verdade. Uma religião com seu ritual, liturgia, magia e espiritismo; onde se estuda e se faz escola. O evangelho de Jesus é o roteiro para todos indistintamente.

O Africanismo são práticas materializadas onde entra o mediumismo, os elementos da natureza são ali usados pelas entidades para trabalhos de defesa: o punhal, a pólvora, o cabrito, o frango preto, a galinha, pombos, etc., etc. Uniformes coloridos de acordo com a “linha”, “bamboleio” (danças), cânticos, instrumentos de música, etc.,etc. O Candomblé segue mais ou menos os mesmo processos. (*JORNAL DE UMBANDA*. 1953. Ed. 030. P. 2)



“Limpar” a religião nascente de seus elementos mais comprometidos com a tradição iniciática secreta africanista, com rituais de sacralização da carne animal, seria tomar por modelo o espiritismo, capaz de expressar ideais e valores da nova sociedade republicana, ali na sua capital. Os passos decisivos foram a adoção da língua vernácula, a simplificação da iniciação, com a eliminação quase total do sacrifício de sangue, iniciação que ganha, ao estilo espírita kardecista, características de aprendizado mediúnico público, o desenvolvimento do médium. Mantém-se um panteão simplificado de orixás, sincretizados com santos católicos, reproduzindo-se, por tanto, um calendário litúrgico que segue o da igreja católica, dando publicidade às festas ao compasso deste calendário.

No entanto seria equivocado entender como pensados e elaborados únicos e exclusivos por religiosos umbandistas, já que faziam parte do cotidiano da sociedade e conseqüentemente das pessoas e instituições no período estudado. Percebendo que na umbanda não há uma ausência de moralidade, como muitos podem pensar, nem é o objetivo do presente artigo, mas havia contida nela uma espécie de modalidade de aspiração que procurava seus próprios caminhos, interpenetrando, reinventando, através de construções e desconstruções, as influências dos sistemas religiosos que lhe deram origem.

#### **4- Referências:**

##### **4.1 -Fontes**

- 1- Jornal de Umbanda – de 1952 a 1959 – Edições de 019 a 088. Biblioteca Nacional. Disponível na Hemeroteca Digital. <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>
- 2- A Noite – de 1950 a 1957 – Edições de 13.376 a 15.806. Biblioteca Nacional. Disponível na Hemeroteca Digital. <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>
- 3- Projeção de Barra Mansa – Edições 0030 e 0031. Arquivo particular da Tenda Espírita Pai Cambinda

##### **4.2- Bibliografia**

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *Jogo da Dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, (117), p.127-147, 2002. Disponível em: < <https://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742002000300007>>, Acesso realizado em 23 de janeiro de 2017.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: *Estética da Criação Verbal*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes



BARROS, Sulivam Charles. As Entidades “Brasileiras” da Umbanda. In: *Espiritismo & religiões afro-brasileiras: história e ciências sociais*. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.

BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil*, São Paulo, EDUSP, 1971. 2 Vols.

\_\_\_\_\_, A Poesia Afro-Brasileira, in *Estudos Afro-Brasileiros*, São Paulo Perspectiva, 1973.

BERMAN, Mashal (1999). *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo.

BIRMAM, Patrícia. *O que é Umbanda*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRAGA, Lourenço. *Umbanda (Magia Branca) e Quimbanda (Magia Negra)*. Rio de Janeiro: Eco, 1957.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Coleção de Leis do Brasil de 31.12.1890. Vol. 10. p. 2664.

BROWN, Diana. *Umbanda & Política*. Cadernos do ISER, 18. Rio de Janeiro. ISER e Marco Zero, 1987.

CAPELATO, Maria Helena. Populismo na imprensa: UH e NP. In: MELO, José Marques de (org.). *Populismo e comunicação*. São Paulo: Cortez, 1981.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CONCOME, Maria Helena Vilas Boas. *Umbanda: uma religião brasileira*. São Paulo: FFLCH/USP, 1987.

DAHL, Robert Alan. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

FEU - FEDERAÇÃO ESPÍRITA DE UMBANDA. *Primeiro Congresso Brasileiro do Espiritismo de Umbanda*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1942.

GOMES, Flávio e DOMINGUES, Petrônio (orgs.). *Experiências da Emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

\_\_\_\_\_. *Políticas da Raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2014.

HOBBSAWM, E. *Era dos extremos: O breve século XX (1914-1991)*, 2 ed. São Paulo, Cia da Letras, 1995.

JUNIOR, Mario Teixeira de Sá. *A invenção da alva nação umbandista: a relação entre a produção historiográfica brasileira e a sua influência na produção dos intelectuais da*



Umbanda (1840-1960). Dissertação de Mestrado. UFMTS. Dourados. 2004. Acessível em <http://pt.scribd.com/doc/54404424/A-Alva-Nacao-a>. Acessado dia 21 de maio de 2013.

KARDEC, Allan. *O Livro dos Espíritos*. São Paulo. FEB. 2006.

LUCA, Tania Regina. *Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2014.

MAGGIE, Yvonne - *Medo do Feitiço: Relações entre Magia e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MATA E SILVA, W.W. *A Umbanda de Todos Nós*. São Paulo: Ícone, 1996.

MATOS, Ralfo. BRAGA, Fernando. *Urbanização no Brasil contemporâneo, população e a Rede de Localidades Centrais em Evolução*. XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Salvador. 2005

ORTIZ, Renato, *A Morte Branca do Feiticeiro Negro: Umbanda e Sociedade Brasileira*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1999.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PÓVOAS, Ruy do Carmo. *A Linguagem do Candomblé: níveis sóciolinguísticos de integração afro-portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

PRANDI, Reginaldo. *Modernidade com feitiçaria: candomblé e umbanda no Brasil do século XX*. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 1990.

RAMOS, Arthur. *O Negro brasileiro*. São Paulo: Nacional, 1940.

ROHDE, Bruno Faria. *Umbanda, uma Religião que não Nasceu: Breves Considerações sobre uma Tendência Dominante na Interpretação do Universo Umbandista*. Revista de Estudos da Religião- PUC-SP. 2009 / pp. 77-96. Acessado em 07 de janeiro de 2013.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1977.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Axé Carioca. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 1, n° 6, dezembro/2005.

SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade*. Campinas: Cortez, 1996.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SOSA, Derocina Alves Campos. Imprensa e história. *Biblos*, Rio Grande, v. 19, p. 109-125, 2006. Disponível em: <[www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=10997](http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=10997)>. Acesso em: 25 jan. 2015.



ZESPO, Emanuel. *O Que é Umbanda*. Rio de Janeiro: Biblioteca Espiritualista Brasileira, 1953.